



ENTREVISTA JOSÉ MIGUEL JÚDICE E ANTÓNIO PINTO LEITE Advogados

“O ponto crítico é o sistema judicial ser protector da arbitragem”

Os advogados estão a organizar o II Encontro Internacional de Arbitragem que reúne especialistas em Coimbra.

Bruno Proença

bruno.proenca@economico.pt

José Miguel Júdice e António Pinto Leite são dois dos mais destacados advogados nacionais e voltam a organizar o Encontro Internacional de Arbitragem. Em entrevista ao Económico, defendem as vantagens da arbitragem e explicam o que Portugal deve fazer para ser uma referência internacional. Ainda antes do recuo do Governo na mexida da TSU, falam também da crise política e social e da reforma da Justiça.

Como é que a arbitragem internacional está a evoluir? É uma alternativa ao sistema de Justiça tradicional?

José Miguel Júdice (JMJ): Primeiro o encontro internacional. Desde logo, é em Coimbra porque é uma cidade com grande tradição jurídica, nomeadamente no mundo da lusofonia, que é especialmente abrangido no encontro. E houve o apoio da Faculdade de Direito. Depois, trazemos mais de 20 oradores estrangeiros. Portanto, é o segundo ano e esperamos que dure muito tempo.

Mas Portugal ainda não tem tradição na arbitragem internacional.

António Pinto Leite (APL): Portugal não tem tradição mas tem um caminho enorme a percorrer

“

A Justiça tem um problema de gestão e acredito que se vão dar passos positivos num novo modelo de gestão do poder judicial.

António Pinto Leite

Um dos problemas da magistratura portuguesa é que não se habituou a trabalhar em equipa. Os juízes deviam ter assessores.

José Miguel Júdice

e este encontro é mais um passo. A arbitragem internacional responde a uma necessidade criada pela globalização. Os negócios são cada vez mais internacionais, entre empresas de países diferentes que não aceitam a jurisdição nacional. Então cria-se a jurisdição arbitral, que facilita os negócios. Portugal está no bom caminho. Há uma comunidade arbitral que se está a formar e há um poder judicial que apoia cada vez mais a arbitragem.

Deixe-me salientar a Suíça, que tem oito milhões de pessoas e é mais pequena que Portugal, mas é uma das praças internacionais da arbitragem, com tudo o que isso significa de enriquecimento. Não é impossível para os pequenos países chegarem a esse patamar se fizerem tudo bem feito.

Portugal tem potencialidades e o que tem de fazer para chegar a esse estatuto?

JMJ: Portugal tem todas as condições à partida. Primeiro, é o país histórico da grande comunidade da língua portuguesa. Segundo, é pequeno, logo está menos exposto aos interesses do que os países grandes. Terceiro, é um país muito aberto ao exterior, com uma comunidade que fala línguas estrangeiras. Quarto, a nova lei da arbitragem, que tem cerca de um ano, é amigável para a arbitragem internacional, o que não acontecia com a anterior. Esta lei é igual às melhores leis internacionais.

Quais são os próximos passos que devem ser tomados?

APL: É preciso concentrar as forças num único centro em Portugal, que deve ser o centro na Associação Comercial de Lisboa, onde está o José Miguel Júdice. Na Suíça, as regras dos centros de arbitragem foram uniformizadas. O ponto crítico é o sistema judicial ser protector da arbitragem.

Por isso, é um dos aspectos em que os encontros se têm focado. Este ano, recebemos no último painel o presidente do Supremo



José Miguel Júdice e António Pinto Leite foram entrevistados nos estúdios do ETV.

Tribunal de Justiça, Luís Noronha Nascimento.

Não acha que o sistema judicial olha de lado para a arbitragem?

APL: Não. Eventualmente olha com desconhecimento.

JMJ: Com a nova lei, está a olhar com mais atenção. Está interessado, tal como nos outros países. Com a nova legislação, a arbitragem pode crescer em Portugal.

A vossa análise não está ser muito optimista?

APL: Um dos pontos fundamentais é que as decisões do sistema judicial sobre arbitragem sejam rápidas. Isso depende de termos juízes especializados nesta matéria nos tribunais superiores, o que não é uma impossibilidade.

Há árbitros suficientes para Portugal entrar nesse “mercado” internacional?

JMJ: Não pode haver uma indústria exportadora se não existir solidez no mercado interno. O centro de arbitragem internacional da Associação Comercial de Lisboa vai organizar o primeiro curso de formação de árbitros, que arrancará no princípio de 2013. É necessária muita formação. O Encontro de Coimbra também é importante porque traz a Portugal 20 dos grandes nomes da arbitragem internacional.

O processo vai evoluir com gente mais nova. Não é a nossa geração. Na geração que tem hoje 40 anos há duas mãos cheias de excelentes profissionais, já com experiência de arbitragem, e que vão ser dentro de 10 anos os grandes árbitros internacionais quando eu estiver reformado e o António a caminho disso.

Encontros para debater a arbitragem

A Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra vai receber o II Encontro Internacional de Arbitragem, que reunirá 20 especialistas estrangeiros, além de advogados e magistrados portugueses.

O encontro, que decorre entre 18 e 20 de Outubro, pretende, uma vez mais, debater a importância da arbitragem internacional para a economia e as relações entre a arbitragem e os tribunais, entre outros temas.

Paulo Alexandre Coelho



“Não pode haver crise em Portugal de maneira nenhuma”

As reformas do Governo na Justiça não têm aparecido na frente de combate, ao contrário do déficit ou dos impostos. A Justiça não está a ficar para segundo plano no calendário de reformas, numa altura em que o país está cada vez mais confrontado com perturbações sociais?

APL: A informação que eu disponho é que a implementação da reforma das comunidades judiciais, nomeadamente das novas comarcas, será feita faseadamente. Portanto, eu acho que vai avançar.

Por outro lado, não pode haver crise em Portugal de maneira nenhuma. Não estamos em condições de haver crise na coligação, crise entre órgãos de soberania. Temos de estar muito unidos, muito quietinho, a cumprir o que há para cumprir. JMJ: Em primeiro lugar, vivemos numa sociedade democrática e o ministro Gaspar esteve

muito bem quando louvou as manifestações democráticas contra ele. Se uma pessoa se sente prejudicada, se discorda, é normal. Não pode haver esta adaptação sem crise social. É com isto que temos de viver.

O processo da Justiça tem muito mais a ver, neste momento, com a vontade política do Governo, que tem maioria absoluta no Parlamento, pelo que a legislação pode passar sem problema. Mas também com a articulação com os parceiros sociais da Justiça, aqueles que são os utilizadores directos – os advogados, os procuradores, os funcionários judiciais. E aí pode haver uma zona de turbulência. O espírito humano é avesso às reformas e em relação à Justiça ainda mais.

No sistema judicial ninguém se preocupa com o futuro. Portanto, as reformas chocam com a tendência reaccionária das pro-

fissões judiciais. Como há uma experiência de más reformas, têm sempre medo. Há um pessimismo muito grande na sociedade portuguesa, que se reflecte na Justiça. Não tenho dúvidas de que vai haver turbulência.

Não sentem que o Governo tem a capacidade política diminuída pela contestação que tem havido e pelas próprias fissuras dentro da coligação?

JMJ: Isso faz parte do modelo. Sempre que há um processo de adaptação difícil e pesado, isto acontece. Os portugueses e os restantes europeus pedem encaixadamente aos políticos que mintam. Isto é, se um político aparecesse nas últimas eleições a dizer ‘eu vou tirar o subsídio de férias e de natal aos funcionários’, não votávamos nele. Mas depois ficamos zangados com os governos. Há cinco anos para cá, não há um único governo que não perca as eleições todas. ■

A questão da rapidez é fundamental. A arbitragem é reconhecida pela rapidez mas o sistema de Justiça nacional nem por isso. A lentidão é uma das queixas recorrentes dos empresários. No último ano, depois da chegada da ‘troika’, registaram-se evoluções positivas?

APL: Têm, nomeadamente o novo código das insolvências. Mas a Justiça tem um problema de gestão e acredito que se vão dar passos positivos num novo modelo de gestão do poder judicial. Sobretudo focado na Justiça para a economia. Vamos esquecer a justiça criminal que tem imenso impacto mediático e vamos fazer bem uma justiça para as pessoas e as empresas. Sem esquecer a outra, devemos focar-nos nesta. E aqui estamos a falar da reorgani-

zação dos tribunais. A gestão deve ser entregue a um juiz com apoio de profissionais. Finalmente, penso que faz sentido existir um controlo superior permanente de todo o sistema para garantir que nunca há juizes sem nada para fazer e outros sem saber o que fazer. JMJ: Um dos problemas da magistratura portuguesa é que não se habituou a trabalhar em equipa. Os juizes deviam ter assessores, tal como acontece nos Estados Unidos. Deixe-me dar-lhe uma informação: a Associação Comercial de Lisboa está a coordenar um estudo sobre a justiça económica, no âmbito da Fundação Francisco Manuel dos Santos. Os dados preliminares mostram que os empresários querem que as mudanças no país comecem pela Justiça, porque alavanca tudo o resto. ■